



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS
COM ENTREGA IMEDIATA – PARTICIPAÇÃO AMPLA**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DSMM n.º 03/2019

PROCESSO SAA n.º 1.709/2019

OFERTA DE COMPRA N° 130032000012019OC00015

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 31/05/2019

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/06/2019 – as 09:00 HORAS

O(A) **Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes, da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento**, por intermédio do(a) Senhor(a) **Gustavo Diniz Junqueira**, RG n° **19.823.776-5** e CPF n° **153.612.478-80**, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a **Avenida Brasil, n° 2.340, Jardim Chapadão, CEP: 13.070-178 – Campinas/SP**, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS (HERBICIDAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS E ADUBOS)**, que será regida pela Lei Federal n° 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n° 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. **Descrição.** A presente licitação tem por objeto **a aquisição de INSUMOS AGRÍCOLAS (HERBICIDAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS E ADUBOS)**, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo que integra este Edital como **Anexo I**.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. **Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f" do item 5.9, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. **Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. **Preços.** Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.2.3. **Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. **Reajuste.** O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

extrajudicial, conforme o caso.

4.1.4. Declarações e outras comprovações

4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4.5. **Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA.** Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.5.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.5.2. Se sociedade simples, pela apresentação da "Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte", expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal - IBAMA, conforme Lei Federal nº 6.938/81, artº 17, II.

b) Apresentar Registro de Comerciante de Agrotóxicos, conforme Lei Estadual nº 4002/84, artº 8, e Lei Federal nº 7.802/1989, artº 4, somente para Inseticidas, Fungicidas e Herbicidas.

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. **O valor de redução mínima entre os lances será de**

R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para o lote 01;

R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para o lote 02;

R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) para o lote 03;

R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para o lote 04, e incidirá sobre o valor total do lote.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.7. **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Unidade Compradora que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 4.1.4 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 4.1.5, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 5.9, "a", "b" e "c" deste Edital.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. **Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP/COOPERATIVAS.** A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. **Licitação fracassada.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7 Adjudicação. A adjudicação será feita por lotes, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

8. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. **Prazo de entrega.** Os bens deverão ser entregues em **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

8.2. Quando a nota de empenho for encaminhada por meio eletrônico, o prazo para entrega terá início no dia útil posterior ao envio da confirmação de recebimento, que será impressa e juntada aos autos do processo.

8.3. **Remissão ao Termo de Referência.** A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados no Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. **Recebimento provisório.** O objeto será recebido provisoriamente em até **02 (dois) dias úteis**, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

9.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

9.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

9.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.3.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

9.3.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

9.3.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

9.4. **Recebimento definitivo.** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **02 (dois) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", firmado pelo servidor responsável.

10. PAGAMENTOS

10.1. **Prazo.** Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da Unidade Compradora, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

10.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.

10.3. **CADIN ESTADUAL.** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

10.4. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

10.5. **Correção monetária.** Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

11. CONTRATAÇÃO

11.1. **Celebração.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a emissão de nota de empenho.

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

- a) a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- b) a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital.

11.2. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, a adjudicatária deverá comparecer perante a Unidade Compradora para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

11.2.1. O prazo indicado no item 11.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 11.2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

11.3.3. Recusar a contratação, no caso do item 11.2.2;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS".

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

11.5. No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar **o crédito orçamentário da UGE 130032, de classificação funcional programática 20.608.1307.4435.0000 e categoria econômica 33903090.**

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2.1.. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.2.2.. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7. **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO".

15.9. **Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. **Anexos.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Memorial Descritivo;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III – Modelos de Declarações;

Anexo IV – **Resolução SAA - 22 de 01-08-96**;

Campinas, 29 de maio de 2019

Roseli dos Santos

Assessor Técnico III

Subscritor do Edital



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
01	1.1	482461-0	15	FR 01LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FOMEZAFEM; SELETIVO DE AÇÃO NÃO SISTÊMICA GRUPO QUÍMICO; ÉTER DIFENÍLICO, NA COMPOSIÇÃO DE 5-(2-CLORO-TRIFLUORO-P-TOLYLOXY)-N-METHYL SULFONYL-2-NITROBENZAMIDE 9 FOMESAFEM) 250 G/L (25% M/V), EMBALADO EM FORMULAÇÃO CONCENTRADA SOLÚVEL (SL); OUTROS INGREDIENTES 870 G/L (87% M/V)
	1.2	487613-0	06	GL 05LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO IMAZETHAPYR, NA COMPOSIÇÃO DE 100 G/L, FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL (SL), EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM IDENTIFICAÇÃO ADEQUADA.
	1.3	117998-5	400	ENV. 10 GR	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METSULFURON METHYL; NA COMPOSIÇÃO DE 600 G/KG; EMBALADO EM ENVELOPES COM 10 GRAMAS
	1.4	461975-7	208	GL 05 LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO INGREDIENTE ATIVO, NA COMPOSIÇÃO DE CLETODIM CONCENTRAÇÃO 240GL/ FORMULAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL, EMBALADO EM EMBALAGEM QUE ASSEGURE A QUALIDADE DO PRODUTO
	1.5	332553-9	20	GL 20 LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO ATRAZINA; NA COMPOSIÇÃO DE 500G/L NA FORMULAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA; EMBALADO EM GALÃO DE 20 LITROS;
	1.6	462669-9	03	GL 20 LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO 1,1-DIMETIL-4,4-BIPYRIDILIO DICLORETO, ION (PARAQUAT), NA COMPOSIÇÃO DE 200G/L (20,0% M/V), FORMULAÇÃO CONCENTRADO SOLÚVEL(SL).
	1.7	354070-7	410	SC 05 KG	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO GLIFOSATO-SAL DE AMÔNIO GRUPO QUÍMICO GLICINA SUBSTITUÍDA, NA COMPOSIÇÃO DE 792,5 G/KG EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(FOSFONOMETIL) GLICINA (GLIFOSATO) 720 G/KG, WG GRANULADO DISPERSÍVEL, EMBALADO EM EMBALAGEM QUE ASSEGURE A QUALIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MAPA

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
	1.8	335247-1	27	GL 20 LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO DIMETHYLAMMONIUM (2,4-DICHLOROPHENOXY), NA COMPOSICAO DE ACETATE (2,4-d, SAL DIMETILAMINA) 806 G/L (80,6% M/V), EQUIVALENTE ACIDO DO 2,4-D 670G/L (67,0% M/V).
	1.9	498040-9	72	FR 01LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO CLODINAFOE-PROPARGIL, (R)-2-4-(5-CHLORO-3FLUORO-PYRIDIN-2-YLOXY)-PHENOXY-PROPIONICACID PROP-2-YNYL; NA COMPOSICAO DE INGREDIENTES INERTES: 835 G/L (83,5% M/V), CONCENTRADO EMULSIONAVEL (EC); EMBALADO EM LITROS, HERBECIDA SELETIVO DE ACAO SISTEMICA DO GRUPO QUIMICO ACIDO ARILOXIFENOXIPROPIONICO;

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
02	2.1	465649-0	2	GL 05 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FLUBENDIAMIDA 480 G/L (48, % M/V) OUTROS INGREDIENTES 740 G/L (74,0% M/V), NA COMPOSICAO DE PARA CONTROLE DE INSETOS MASTIGADORES NAS CULTURAS DE ALGODÃO, MILHO SOJA E TOMATE, GALÃO 5 LITROS
	2.2	470890-3	10	LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FENPROPATHRIN, NA COMPOSICAO DE 300 G/L, CONCENTRADO EMULSIONAVEL (EC), EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA
	2.3	487797-7	10	FR 01 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO BIFENTHRIN + IMIDACLOPRIDO, NA COMPOSICAO DE BIFENTHRIN 50 G/L + IMIDACLOPRIDO 250 G/L, FORMULACAO: SUSPENSÃO CONCENTRADA (SC), EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA.
	2.4	253391-0	50	GL 05 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO TIAMETOXAM 141 G/L (14,1% M/V) + LAMBDA-CIALOTRINA106 G/L (10,6% M/V) - ENGEIO PLENO; NA COMPOSICAO DE 870 G/L (87% M/V);
	2.5	2186110	20	FR 01 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO ABAMECTINA, NA COMPOSICAO DE 18 GRAMAS POR LITRO OU 1,8% (P/P) DE ABAMECTINA
	2.6	2503140	45	GL 10 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METOMIL; NA COMPOSICAO DE S-METHHYL N-(METHYLCARBAMOYLOXY) THIOACETIMIDATE (METOMIL) 21,5% M/V (215 G/L); APROPRIADA,

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
					COM VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA;
	2.7	2433605	90	PCT 01 KG	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO THIODICARB; NA COMPOSICAO DE 800 G/KG, GRANULADO DISPERSIVEL, EMPREGO FOLIAR; PACOTE DE 01 QUILOGRAMA;
	2.8	5186994	40	GL 20 LT	OLEO MINERAL; MISTURA DE HIDROCARBONETOS PARAFINICOS, CICLO PARAFINICOS; AROMATICOS SATURADOS E INSATURADOS, OLEO MINERAL (MÍN). 756G/L OUTROS INGREDIENTES 90 G/L; COADJUVANTE NA CALDA COM INSETICIDA, HERBICIDA E FUNGICIDA; MINIMA DE 1 ANO;

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
	3.1	4504950	3	FR 01 LT	FUNGICIDA; FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FIPRONIL 250/GL (25% M/V); CARBAMATE (PIRACLOSTROBINA) 25G/L; TIOFANATO METILICO) 225 G/; NA COMPOSICAO DE METHYL (CHLOROPHENYL) PYRAZOL YLOXY METHYLPHENYL (NMETHOXY); FRASCO DE 1 LITRO, SUSPENSAO CONCENTRADA PARA TRATAMENTO DE SEMENTES;
	3.2	5260329	50	LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO EQUIVALENTE EM COBRE METALICO 350 G/L + OXICLORETODE COBRE 588 G/L, NA COMPOSICAO DE 350 GL + 588 G/L, FORMULACAO: SUSPENSAO CONCENTRADA (SC), EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA
03	3.3	4797787	50	KG	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO MANCOZEB, NA COMPOSICAO DE 750G/KG, GRANULOS DISPERSIVEIS (WG), EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA
	3.4	5179203	270	FR 01 LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO (TEBUCONAZOL 200GL (21,3% M/V)., NA COMPOSICAO DE (RS) - 1-P-CHLOROPHENYL-4,4-DIETHYL-3- (AH-1,2,4-TRIAZOL - 1YLMETHYL) PENTAN-3-OL, LITRO
	3.5	5260337	40	KG	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO TIOFANATO-METILICO, NA COMPOSICAO DE 700 G/KG, FORMULACAO: PO MOLHAVEL, EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
	3.6	5015618	16	GL 05 LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METCONAZOLE + PIRACLOSTROBINA; NA COMPOSIÇÃO DE METCONAZOLE 80 G/L + PIRACLOSTROBINA 130 G/L, FORMULAÇÃO: CONCENTRADO EMULSIONÁVEL (EC); EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA;

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT	UNID. MED.	DESCRIÇÃO
04	4.1	5260698	46	TON.	FORMULA PARA ADUBAÇÃO; 20-00-20, COMPOSTA DE 20% NITROGÊNIO (N), 00% FOSFORO (P2O5), 20% POTÁSSIO (K2O), EMBALADA EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE
	4.2	5260701	65	TON.	FORMULA PARA ADUBAÇÃO; 08-24-12, COMPOSTA DE 08% NITROGÊNIO (N), 24% FOSFORO (P2O5), 12% POTÁSSIO (K2O), EMBALADA EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE
	4.3	5260680	15	TON.	SULFATO DE AMÔNIO; COMPOSTO DE 20% NITROGÊNIO , GRANULADO, UTILIZADO PARA A ADUBAÇÃO DO SOLO, EMBALADO EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE

VALIDADE	Todos produtos devem ser entregues dentro de, no mínimo, 80% do seu prazo de validade.
-----------------	--

OBSERVAÇÃO	Todos os produtos deverão ser entregues e descarregados no local indicado abaixo.
-------------------	---

LOCAIS DE ENTREGA	ITEM 1, 2 e 3	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes - Almoxarifado do Núcleo de Produção de Sementes de Avaré, Rua Anápolis, 901, Parque Jurumirim - Avaré/SP , de segunda a sexta feira, das 08:30 as 11:00 horas e das 13:30 as 16:00 horas.
	ITEM 4	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes - Almoxarifado do Núcleo de Produção de Sementes de Ataliba Leonel, sito à Rodovia SP 287 - KM 50 - Manduri/SP , de segunda a sexta feira, das 08:30 as 11:00 horas e das 13:30 as 16:00 horas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PRAZO DE ENTREGA	30 (dias) dias corridos
<u>OBSERVAÇÃO</u>	<p><u>Ligar na Unidade para agendar dia da entrega:</u></p> <p><u>AVARÉ</u> <u>(14) 3733-1952 / (14) 3733-1962 / (14) 3732-5820</u></p> <p><u>MANDURI – ATALIBA LEONEL</u> <u>(19) 9-8121-9413 ou (14) 9-8166-8051</u></p>

NPS/ATALIBA LEONEL, EM 17.04.2019

Fernando Alves dos Santos
Assessor Técnico III

Aprovo o Memorial Descritivo

Alcides Ribeiro de Almeida Junior
Diretor Geral



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	1.1	4824610	15 FR/01 LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FOMEZAFEM; SELETIVO DE AÇÃO NÃO SISTEMICA GRUPO QUIMICO; ÉTER DIFENILICO, NA COMPOSIÇÃO DE 5-(2-CHLORO-TRIFLUORO-P-TOLYLOXY)-N-METHYL SULFONYL-2-NITROBENZAMIDE 9 FOMESAFEM) 250 G/L (25% M/V), EMBALADO EM FORMULAÇÃO CONCENTRADA SOLUVEL (SL); OUTROS INGREDIENTES 870 G/L (87% M/V)		
	1.2	4876130	06 GL/05LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO IMAZETHAPYR, NA COMPOSIÇÃO DE 100 G/L, FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLUVEL (SL), EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM IDENTIFICAÇÃO ADEQUADA.		
	1.3	1179985	400 ENV/10GR	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METSULFURON METHYL; NA COMPOSIÇÃO DE 600 G/KG; EMBALADO EM ENVELOPES COM 10 GRAMAS		
	1.4	4619757	208 GL/05LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO INGREDIENTE ATIVO, NA COMPOSIÇÃO DE CLETODIM CONCENTRAÇÃO IA 240GL/ FORMULAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONAVEL, EMBALADO EM EMBALAGEM QUE ASSEGURE A QUALIDADE DO PRODUTO		
	1.5	3325539	20 GL/20LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO ATRAZINA; NA COMPOSIÇÃO DE 500G/L NA FORMULAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA; EMBALADO EM GALÃO DE 20 LITROS;		
	1.6	4626699	03 GL/20LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO 1,1-DIMETIL-4,4-BIPYRIDILIO DICLORETO, ION (PARAQUAT), NA COMPOSIÇÃO DE 200G/L (20,0% M/V), FORMULAÇÃO CONCENTRADO SOLUVEL(SL).		

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	1.7	3540707	410 SC/05KG	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO GLIFOSATO-SAL DE AMONIO GRUPO QUIMICO GLICINA SUBSTITUIDA, NA COMPOSICAO DE 792,5 G/KG EQUIVALENTE ACIDO DE N-(FOSFONOMETIL) GLICINA (GLIFOSATO)720 G/KG, WG GRANULADO DISPERSIVEL, EMBALADO EM EMBALAGEM QUE ASSEGURE A QUALIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MAPA		
	1.8	3352471	27 GL/20LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO DIMETHYLAMMONIUM (2,4-DICHLOROPHENOXY), NA COMPOSICAO DE ACETATE (2,4-d, SAL DIMETILAMINA) 806 G/L (80,6% M/V), EQUIVALENTE ACIDO DO 2,4-D 670G/L (67,0% M/V).		
	1.9	4980409	72 FR/01LT	HERBICIDA; COM ELEMENTO ATIVO CLODINAFOPE-PROPARGIL, (R)-2-4-(5-CHLORO-3FLUORO-PYRIDIN-2-YLOXY)-PHENOXY-PROPIONICACID PROP-2-YNYL; NA COMPOSICAO DE INGREDIENTES INERTES: 835 G/L (83,5% M/V), CONCENTRADO EMULSIONAVEL (EC); EMBALADO EM LITROS, HERBECIDA SELETIVO DE ACAO SISTEMICA DO GRUPO QUIMICO ACIDO ARILOXIFENOXIPROPIONICO;		
VALOR TOTAL:						

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	2.1	4656490	02 GL/05LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FLUBENDIAMIDA 480 G/L (48, % M/V) OUTROS INGREDIENTES 740 G/L (74,0% M/V), NA COMPOSICAO DE PARA CONTROLE DE INSETOS MASTIGADORES NAS CULTURAS DE ALGODÃO, MILHO SOJA E TOMATE, GALÃO 5 LITROS		
	2.2	4708903	10 LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FENPROPATHRIN, NA COMPOSICAO DE 300 G/L, CONCENTRADO EMULSIONAVEL (EC), EM FRASCO QUE		

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02				GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA		
	2.3	4877977	10 FR/01LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO BIFENTHRIN + IMIDACLOPRIDO, NA COMPOSICAO DE BIFENTHRIN 50 G/L + IMIDACLOPRIDO 250 G/L, FORMULACAO: SUSPENSAO CONCENTRADA (SC), EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA.		
	2.4	2533910	50 GL/05LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO TIAMETOXAM 141 G/L (14,1% M/V) + LAMBDA-CIALOTRINA106 G/L (10,6% M/V) - ENGENHO PLENO; NA COMPOSICAO DE 870 G/L (87% M/V);		
	2.5	2186110	20 FR/01LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO ABAMECTINA, NA COMPOSICAO DE 18 GRAMAS POR LITRO OU 1,8% (P/P) DE ABAMECTINA		
	2.6	2503140	45 GL/10LT	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METOMIL; NA COMPOSICAO DE S-METHHYL N-(METHYLCARBAMOYLOXY) THIOACETIMIDATE (METOMIL) 21,5% M/V (215 G/L); APROPRIADA, COM VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA;		
	2.7	2433605	90 PCT/01KG	INSETICIDA; COM ELEMENTO ATIVO THIODICARB; NA COMPOSICAO DE 800 G/KG, GRANULADO DISPERSIVEL, EMPREGO FOLIAR; PACOTE DE 01 QUILOGRAMA;		
	2.8	5186994	40 GL/20LT	OLEO MINERAL; MISTURA DE HIDROCARBONETOS PARAFINICOS, CICLO PARAFINICOS; AROMATICOS SATURADOS E INSATURADOS, OLEO MINERAL (MÍN). 756G/L OUTROS INGREDIENTES 90 G/L; COADJUVANTE NA CALDA COM INSETICIDA, HERBICIDA E FUNGICIDA; MINIMA DE 1 ANO;		
VALOR TOTAL:						

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	3.1	4504950	03 FR/01LT	FUNGICIDA; FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO FIPRONIL 250/GL (25% M/V); CARBAMATE (PIRACLOSTROBINA) 25G/L; TIOFANATO METILICO) 225 G/; NA COMPOSICAO DE METHYL (CHLOROPHENYL) PYRAZOXYLOXY METHYLPHENYL (NMETHOXY); FRASCO DE 1 LITRO, SUSPENSAO CONCENTRADA PARA TRATAMENTO DE SEMENTES;		
	3.2	5260329	50 LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO EQUIVALENTE EM COBRE METALICO 350 G/L + OXICLORETO DE COBRE 588 G/L, NA COMPOSICAO DE 350 GL + 588 G/L, FORMULACAO: SUSPENSAO CONCENTRADA (SC), EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA		
	3.3	4797787	50 KG	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO MANCOZEB, NA COMPOSICAO DE 750G/KG, GRANULOS DISPERSIVEIS (WG), EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA		
	3.4	5179203	270 FR/01LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO (TEBUCONAZOL 200GL (21,3% M/V)., NA COMPOSICAO DE (RS) - 1-P-CHLOROPHENYL-4,4-DIETHYL-3- (AH-1,2,4-TRIAZOL - 1YLMETHYL) PENTAN-3-OL, LITRO		
	3.5	5260337	40 KG	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO TIOFANATO-METILICO, NA COMPOSICAO DE 700 G/KG, FORMULACAO: PO MOLHAVEL, EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA		
	3.6	5015618	16 GL/05LT	FUNGICIDA; COM ELEMENTO ATIVO METCONAZOLE + PIRACLOSTROBINA; NA COMPOSICAO DE METCONAZOLE 80 G/L + PIRACLOSTROBINA 130 G/L, FORMULACAO: CONCENTRADO EMULSIONAVEL (EC); EMBALADO EM FRASCO QUE GARANTA A INTEGRIDADE		

Aquisição de bens com entrega imediata – participação ampla (v.10 – 20.12.2018)

As alterações ao texto padronizado, em negrito e sublinhado, deverão ser submetidas à aprovação da PGE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				DO PRODUTO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA;		
VALOR TOTAL:						

ITEM	SUBITEM	ITEM BEC	QUANT UNID. FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	4.1	5260698	46 TON	FORMULA PARA ADUBACAO; 20-00-20, COMPOSTA DE 20% NITROGENIO (N), 00% FOSFORO (P2O5), 20% POTASSIO (K2O), EMBALADA EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTECAO CONTRA UMIDADE		
	4.2	5260701	65 TON	FORMULA PARA ADUBACAO; 08-24-12, COMPOSTA DE 08% NITROGENIO (N), 24% FOSFORO (P2O5), 12% POTASSIO (K2O), EMBALADA EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTECAO CONTRA UMIDADE		
	4.3	5260680	15 TON	SULFATO DE AMONIO; COMPOSTO DE 20% NITROGENIO , GRANULADO, UTILIZADO PARA A DUBACAO DO SOLO, EMBALADO EM BIG BAG DE 1000 KG, COM FORRO INTERNO PARA PROTECAO CONTRA UMIDADE		
VALOR TOTAL:						

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO III.3

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

ANEXO III.4

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Clique aqui para digitar texto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO IV

Resolução SAA - 22 de 01-08-96

Estabelece normas para a aplicação das multas previstas nos artigos 81, 86, “caput” e seus §§ e 87, II da Lei Federal n.º 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 79 e 81, II, da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89.

O Secretário de Agricultura e Abastecimento resolve:

Artigo 1º - A aplicação das multas a que aludem os artigos 81, 86, “caput” e seus §§ e 87, II da Lei Federal n.º 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 79 e 81, II, da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, 80, parágrafo 2º e 81, inciso II da Lei 6.544/89, obedecerá, no âmbito da Pasta, às seguintes normas:

I - por atraso na entrega:

- a) de 0,2% ao dia e até o máximo de 10 dias;
- b) de 0,4% ao dia de 11 até o máximo de 30 dias.

II - pela inexecução total ou parcial do ajuste:

- a) de 20% sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;
- b) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

III - O prazo de entrega do material ou serviço ocorrerá a partir da data em que o adjudicatário receber a Nota de Empenho.

IV - O material ou serviço não for aceito, o fornecedor deverá substituí-lo dentro do prazo de 5 dias da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se à aplicação de multa, nos termos do disposto nos incisos I e II, considerada a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte à data da referida comunicação.

V - A multa deverá ser recolhida ao Tesouro do Estado dentro do prazo de 10 dias da data da respectiva notificação.

VI - O não pagamento da multa no prazo previsto no inciso anterior acarretará a sua inscrição na dívida ativa e cobrada judicialmente.

VIII - Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração incidirá multa de 20% sobre o valor total do ajuste.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Artigo 2º - A aplicação das multas previstas no artigo anterior não impede que a autoridade competente rescinda, aplique ou proponha a aplicação de outras penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666, de 21/6/93, com alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 81da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, bem como na responsabilidade civil pela inexecução total ou parcial.

Artigo 3º - Da aplicação das multas prevista na Resolução, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, consoante do disposto nos artigos 109, "I" e parágrafos 6º da Lei Federal n.º 8.666, de 21/6/93, com alterações introduzidas pela 8.883, de 8/6/94, inciso I, alínea "e" e parágrafos 1º e 2º da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.